

MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.

1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 1ª Emissão de Debêntures da MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: MAGNESITA REFRAATÓRIOS S.A.
- CNPJ/MF: 08.684.547/0001-65
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Eduardo Romeu Ferraz
- Atividades: (i) realização de pesquisa, lavra, beneficiamento, aproveitamento industrial e comercial de minérios, especialmente magnesita e associados, para fins de fabricação de materiais refratários; (ii) fabricação, reaproveitamento, reciclagem e comercialização de materiais refratários, isolantes, produtos eletrofundidos e cerâmicos; (iii) exploração, fabricação e comercialização dos derivados e associados de magnesita, inclusive magnesita calcinada na forma e/ou nomenclatura de óxido de magnésio destinada a utilização agropecuária como insumo, fertilizante, corretivo de solo ou como produto para nutrição animal, entre outras aplicações a segmentos industriais diversos; (iv) promoção e exploração da indústria e do comércio de minérios, bem como dos metais respectivos; (v) a construção e a exploração de estradas de ferro e de rodagem, terminais marítimos, empreender a construção de usinas para aproveitamento de energia elétrica e realizar serviços de arborização, florestamento e reflorestamento; (vi) a prestação de serviços nos diversos setores e atividades de engenharia em geral, inclusive nos relativos à aplicação e utilização de materiais refratários, montagem de conjuntos industriais, administração e execução de serviços e obras de construção civil, fabricação de estruturas metálicas, fabricação, reparação e manutenção de equipamentos mecânicos e outros produtos correlatos, além de setores contábeis e administrativos; (vii) a realização de operações de exportação e importação; e (viii) a representação comercial pertinente às suas atividades, bem como a participação em outras sociedades.

Características da Emissão

- Emissão: 1ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 20/12/2013

- Data de Vencimento: 20/12/2018
 - Banco Escriurador/ Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.
 - Código Cetip/ISIN: MAGN11/ BRMAGGDBS006
 - Coordenador Líder: BB - Banco de Investimento S.A.
 - Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados à gestão ordinária dos negócios da Emissora, notadamente para o refinanciamento de dívidas da Emissora e para o financiamento de seu capital de giro.
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.
1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.
 2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 29/08/2016, foi alterado o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir a redução do capital social da Companhia.
 3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
- **A Empresa**
 - ➔ Atividade Principal: 23.41-9-00 - Fabricação de produtos cerâmicos refratários;
 - ➔ Situação da Empresa: ativa;

- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- ➔ Liquidez Geral: de 0,56 em 2015 para 0,62 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,77 em 2015 para 1,55 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 1,12 em 2015 para 1,03 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 0,52 em 2015 para 0,55 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 17,0% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou redução de 14,0% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 12,9% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante redução de 19,4% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 4,5% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 112,00% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Juros:

20/06/2016 – R\$ 749,318600

20/12/2016 – R\$ 768,846700

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 40.000

Quantidade em tesouraria: 0
Quantidade total emitida: 40.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: não houve;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.

6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, o índice financeiro previsto no item 5.20, alínea “(xxv)” da Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	960.342	796.187	649.681	411.033
Títulos e valores mobiliários	38.315	8.238	9.379	8.238
Contas a receber de clientes (Nota 9)	480.592	626.210	268.627	440.023
Estoques (Nota 10)	826.489	920.435	221.330	326.899
Tributos sobre o lucro a recuperar	35.456	55.959	2.943	20.726
Outros tributos a recuperar (Nota 11)	74.104	49.898	34.129	16.673
Créditos por venda de imóvel (Nota 13)	1.953	994	1.953	994
Outros	33.517	44.528	9.041	20.948
	2.450.768	2.502.449	1.197.083	1.245.534
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber de clientes (Nota 9)	17.223	-	65.300	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	33.498	23.461	-	-
Outros tributos a recuperar (Nota 11)	55.406	60.252	4.055	55.484
Depósitos judiciais (Nota 22)	16.917	15.293	16.248	14.688
Crédito por venda de imóvel (Nota 13)	6.071	6.422	6.071	6.422
Créditos com controladas (Nota 14)	-	-	1.020.266	966.852
Investimentos (Nota 14)	9.342	11.037	713.104	859.084
Propriedades para investimento (Nota 15)	37.869	37.869	-	-
Imobilizado (Nota 16)	1.413.375	1.597.117	371.758	393.749
Intangível (Nota 17)	2.105.211	2.256.940	1.133.849	1.085.054
	3.694.912	4.008.391	3.330.651	3.381.333
Total do ativo	6.145.680	6.510.840	4.527.734	4.626.867

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	536.111	529.309	269.612	231.129
Contas a pagar por compras de matéria-prima (Nota 19)	99.523	137.405	26.568	85.014
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	584.213	444.736	462.615	260.884
Salários, provisões e contribuições sociais	146.872	135.092	72.620	72.320
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22.307	13.771	-	-
Outros tributos a recolher (Nota 21)	31.602	42.453	21.987	26.812
Dividendos	87.652	1.133	87.235	249
Contas a pagar por aquisição de investimentos	7.008	19.872	7.008	19.872
Outras obrigações	69.333	93.006	15.139	35.106
	1.584.621	1.416.777	962.784	731.386
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	1.906.851	2.418.668	1.187.645	1.544.430
Provisão para demandas judiciais (Nota 22)	50.266	45.691	34.194	41.300
Obrigações pós-emprego (Nota 23)	322.250	334.589	109.410	71.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	281.303	380.929	287.971	371.937
Outras obrigações	35.848	40.727	-	16.344
	2.596.518	3.220.604	1.619.220	2.045.507
Patrimônio líquido (Nota 24)				
Capital social	1.576.215	1.632.849	1.576.215	1.632.849
Reservas de capital	157.731	171.967	157.731	171.967
Ações em tesouraria	(25.588)	(3.643)	(25.588)	(3.643)
Reservas de lucros	279.832	-	279.832	-
Prejuízos acumulados	-	(142.684)	-	(142.684)
Outros resultados abrangentes	(42.460)	191.485	(42.460)	191.485
Controladores	1.945.730	1.849.974	1.945.730	1.849.974
Participação de acionistas não controladores	18.811	23.485	-	-
	1.964.541	1.873.459	1.945.730	1.849.974
Total do passivo e patrimônio líquido	6.145.680	6.510.840	4.527.734	4.626.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 2

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação em reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas e serviços (Nota 32)	3.393.079	3.380.772	1.482.947	1.535.848
Custo dos produtos e serviços vendidos (Nota 27)	(2.233.162)	(2.341.286)	(1.153.665)	(1.029.916)
Lucro bruto	1.159.917	1.039.486	329.282	505.932
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas (Nota 27)	(487.945)	(456.446)	(142.680)	(172.779)
Gerais e administrativas (Nota 27)	(288.554)	(274.023)	(131.307)	(139.959)
Opções de ações (Nota 26)	(1.568)	(3.300)	(1.568)	(3.300)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 14)	(639)	434	(5.414)	(612.983)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 29)	83.294	(559.646)	146.900	(78.533)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	464.505	(253.495)	195.213	(501.622)
Resultado financeiro (Nota 30)				
Receitas financeiras	245.796	309.529	419.829	251.845
Despesas financeiras	(332.105)	(807.421)	(248.513)	(576.016)
	(86.309)	(497.892)	171.316	(324.171)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	378.196	(751.387)	366.529	(825.793)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12.b)	75.751	(309.060)	82.973	(235.490)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	453.947	(1.060.447)	449.502	(1.061.283)
Atribuível a:				
Acionistas controladores	449.502	(1.061.283)	449.502	(1.061.283)
Participação de acionistas não controladores	4.445	836	-	-
	453.947	(1.060.447)	449.502	(1.061.283)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				
Lucro (prejuízo) básico por ação (Nota 31.a)	8,58	(19,19)	8,58	(19,19)
Lucro (prejuízo) diluído por ação (Nota 31.b)	8,15	(19,19)	8,15	(19,19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Anexo 3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Magnesita Refratários S.A.
Contagem - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magnesita Refratários S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Magnesita Refratários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável de ativos de longo prazo (Imobilizado, Intangível e Ágio) - Impairment

De acordo com a *CPC 01 (R1)* e *IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos*, a Companhia deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo imobilizado ou intangível de vida útil definida possa ter sofrido desvalorização, e se forem encontrados indicadores, efetuar o teste de recuperabilidade desses ativos. Adicionalmente, independentemente de existir ou não qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a Companhia deve testar ao menos anualmente o valor recuperável do ágio ou ativo de vida útil indefinida para determinar se houve perda do valor recuperável em comparação ao seu valor contábil.

Esse teste anual de valor recuperável, divulgado na nota explicativa 18, foi importante para a nossa auditoria porque os saldos individuais e consolidados nos montantes totais de R\$1.505.607 mil e R\$3.518.229 mil, respectivamente, de ativos imobilizado, intangível e ágio em 31 de dezembro de 2016, que estão relacionados a várias unidades geradoras de caixa, são relevantes para as demonstrações financeiras e processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseada em diversas premissas que envolvem julgamento profissional da Administração, tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, cotação de moedas estrangeiras e consequente rentabilidade futura dos negócios da Companhia. Tais premissas serão afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado e eventos econômicos futuros dos países nos quais a Companhia opera.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o uso de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologias usadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, margens de lucro, taxa de crescimento e taxa de desconto. Adicionalmente verificamos: (i) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (ii) realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; e (iii) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas. Também avaliamos a adequação das divulgações da Companhia.

Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais em determinadas entidades

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais esses prejuízos fiscais e os créditos fiscais acumulados possam ser utilizados.

Conforme divulgado na nota explicativa 12, a Companhia possui saldos relevantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa acumulados no montante de R\$298.493 mil na controladora, e no montante de R\$354.369 mil no consolidado. A Companhia possui controladas operacionais relevantes em alguns países, que estão sujeitos a legislação tributária específica.

A administração efetua a análise da recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos com base em projeções que contêm estimativas e estratégias fiscais para lucros tributáveis futuros. A avaliação da realização do ativo fiscal diferido é significativa para nossa auditoria em decorrência do processo de avaliação ser complexo e baseado em estimativas de lucros tributáveis futuros em diferentes entidades do grupo Magnesita.

Os testes de auditoria realizados sobre a expectativa de realização do ativo fiscal diferido incluíram, entre outros, o uso de especialistas tributários e de avaliação para nos auxiliar na análise da razoabilidade dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos reconhecidos no balanço patrimonial e sua consequente realização. Nossas análises incluíram a revisão das premissas e julgamentos utilizados nestas projeções, bem como as sensibilidades das projeções de lucro tributável. Adicionalmente verificamos: (i) avaliação da exatidão e integridade das informações utilizadas nos cálculos; (ii) realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar alguma potencial inconsistência no desenvolvimento futuro das estimativas; e (iii) realização de cálculo independente sensibilizando as principais premissas utilizadas. Avaliamos, também, a adequação das divulgações fiscais nas demonstrações financeiras de acordo com os requerimentos da norma contábil *CPC 32* e *IAS 12 Tributos sobre o Lucro*.

Alienação de ativos e passivos do negócio de Talco

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu a venda de ativos e passivos de seu negócio de talco para a IMI Fabi Talc Company (parte não relacionada) por uma contraprestação total de R\$185.976 mil (USD55 milhões), resultando em um ganho líquido antes de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de R\$129.393 mil.

Consideramos como um assunto significativo de auditoria em decorrência da relevância dos saldos envolvidos, e por se tratar de uma transação não recorrente através da cisão de certos ativos e passivos seguida da venda, e que também incluiu algumas etapas de reorganização societária que antecederam a transação.

Nossos testes compreenderam a obtenção e análise dos documentos suporte referentes à venda, bem como avaliação dos respectivos impactos contábeis. Obtivemos o contrato de compra e venda de participação e transferência de ações e avaliamos os respectivos cálculos do acervo contábil líquido e ganhos apurados na venda. Examinamos a contraprestação recebida nos extratos bancários. Avaliamos, juntamente com nossos especialistas tributários a contabilização dos impactos fiscais decorrentes da venda dos referidos ativos e passivos do negócio de talco. Revisamos também as respectivas divulgações relacionadas à essa transação, descrito na nota explicativa 29.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista

para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possa levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte (MG), 14 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F6

Tomás Menezes
Contador CRC-1MG090648/O-0